



II Encontro Capixaba de Pesquisa em Educação Ambiental

(RE)PENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

23, 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2020

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MIGRANTES CLIMÁTICOS EM PERSPECTIVA

Roberta Moraes Simione¹

Denize Aparecida Rodrigues de Amorim²

Michèle Sato³

Atualmente notícias sobre a mudança do clima vinculadas ao aquecimento global têm sido recorrentes na mídia, contudo, pouca visibilidade tem sido dada aos protagonistas e as consequências subjacentes a este fenômeno. Atribuído a ações físicas naturais, é necessário destacar as ações antrópicas que têm proporcionado aumentos dos desastres ambientais e que têm contribuído enormemente para o colapso climático. Para muitas e muitos pesquisadoras/res, considerando a importância e agravos de desastres ambientais eminentes, tais fatos correspondem ao desafio deste século (CONFALONIERI et al, 2002).

Alguns esforços têm sido feitos, via recursos midiáticos, como filmes, livros e relatório e ações educativas no âmbito da Educação Ambiental, a fim de sensibilizar os seres humanos (DIAS, 2014) acerca desta problemática. Porém, não existe uniformidade sobre a questão e ainda pesa na opinião pública discursos de negacionistas e céticos do clima quanto as consequências deste fenômeno.

Felizmente, o aumento de temperatura e a temática da água se sobressaem nos debates ambientais em razão da sensibilidade humana ao calor e à escassez hídrica motivada pelas alterações do ambiente, oriundos da mudança climática (MARENGO, 2008). É pensando sobre isto que trazemos como base de investigação o fenômeno migratório atual, haja vista que o colapso climático afeta todo o planeta.

O deslocamento de pessoas não é recente na história da humanidade, mas o que tem se destacado sobre o mesmo, refere-se aos motivos que têm intensificado o fluxo migratório. O debate sobre tais fenômenos interconectados existe, e pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade almejam por atendimento, atenção e cuidados.

Assim, com o objetivo de fortalecer a política de migração, pautado num movimento contrário à xenofobia, discriminação e racismo, levantamos alguns aspectos que apontem trilhas possíveis de ações. Este tema tem relevância social, política e científica no âmbito da Educação Ambiental, pois poucas são as pesquisas e muitos são os desafios. Mesmo que haja uma vasta literatura sobre o tema migração, cujas dimensões e causas são variáveis (política, econômica, religiosa, social, e também ambientais), ainda há poucos estudos que evidenciem e problematizem a realidade dos migrantes climáticos no âmbito da Educação Ambiental e Justiça Climática.

¹ Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - MT, robertamoraes01@gmail.com;

² Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - MT, denize.enildo@gmail.com;

³ Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT, Professora do Programa de Pós-graduação em Educação michelesato@gmail.com



II ECPEA

II Encontro Capixaba de Pesquisa em Educação Ambiental

(RE)PENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

23, 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2020

Nesta pesquisa em Educação Ambiental, a fenomenologia foi o caminho metodológico escolhido via Cartografia do Imaginário (SATO, 2011). Por este delineamento, interpretamos as percepções das pessoas, relacionando aos quatro elementos ou arquétipos: Água (formação), Terra (deformação), Fogo (transformação) e Ar (reformação), à luz da teoria Gaston Bachelard.

Migrantes de várias nacionalidades foram contatadas, porém optou-se pela escolha de somente cinco migrantes para serem entrevistados. Todos são residentes no município de Cuiabá, Mato Grosso, e somente um não tem conhecimento sobre o fenômeno climático e tão pouco das realidades e narrativas de pessoas que migram, tendo como motivo a alteração do clima. Quanto aos demais que conheciam a problemática, disseram desconhecer políticas públicas de Educação Ambiental que atendam tais grupos.

No contexto da crise climática, muitas pessoas sofrerão com os desastres ambientais, contudo não serão de mesma forma e tão pouco na mesma intensidade. Segundo os pesquisadores

Grupos sociais em maior vulnerabilidade socioeconômica frequentemente são também mais vulneráveis a eventos tais como enchentes, secas prolongadas, falta de disponibilidade hídrica, variação na quantidade e no preço dos alimentos e variações nas dinâmicas de recursos naturais específicos. Tais eventos estão sendo intensificados com o advento das mudanças do clima, e tendem a ser cada vez mais frequentes e intensos à medida que essas mudanças se acentuem. (MILANEZ e FONSECA, 2011, p. 96).

A situação se agrava ano após ano, pois não há medidas protetivas ou políticas públicas que deem conta desta realidade. Reconhecidos politicamente como refugiados climáticos, há uma ausência em políticas públicas específicas que os atendam no âmbito jurídico de fato e proporcione a este grupo que se encontra em situação de vulnerabilidade assistência, educação de qualidade, saúde, emprego e direitos políticos. Paralelo a esta questão também importa informar sobre outros desafios imputados às e aos migrantes, os quais são alvo de violência como a discriminação, o racismo e a xenofobia. Tais ações humanas intercalam diversas áreas e dimensões de políticas públicas para além da segurança e do jurídico.

Consideramos oportuno pensar nestas questões e toda a complexidade que circunscreve ser migrante numa época em que se intensifica a crise climática em favor da existência de políticas públicas que atendam a especificidades deste grupo, incluindo todas e todos no contexto do debate e promoção destas políticas. Diante do cenário atual, deve-se pensar em políticas públicas de Educação Ambiental que atuem em ações de proteção e conservação ambiental e juntamente a estas ações que contemplem medidas de proteção e inclusão de migrantes climáticos. Com estas pesquisas, esperamos que políticas públicas para migrantes se tornem reais e visíveis mediante narrativas das e dos migrantes e que tais histórias evidenciem suas lutas e resistência.



II Encontro Capixaba de Pesquisa em Educação Ambiental

(RE)PENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

23, 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2020

Referências:

CONFALONIERI Ulisses E. C.; CHAME, Márcia; NAJAR, Alberto; CHAVES, Miranda; KRUG, Thelma; MIGUEZ, José D. G.; CORTESÃO, Judith; HACON, Sandra. **Mudanças Globais e Desenvolvimento: Importância Mudanças Globais e Desenvolvimento: Importância para a Saúde.** Informe Epidemiológico do SUS. volume 11, no 3 julho/setembro 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. **Mudança Climática e você: cenários, desafios, governança, oportunidades, cinismos e maluquices.** 1ª Ed. São Paulo: Gaia, 2014.

MARENGO, José Antônio. **Água e mudanças climáticas.** Estudos avançados 22 (63), 2008,. P. 83-96.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. **Justiça Climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil.** TERCEIRO INCLUÍDO - ISSN 2237-079X – NUPEAT–IESA–UFG, v.1, n.2, jul./dez./2011, p.82 –100, Artigo 13.

SATO, Michèle. **Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa.** ABILIO, Francisco (org.) Educação ambiental para o semiárido. João Pessoa: Ed. UFPB, 2011, p. 539-569.